

do neo-institucionalismo, quanto de economia política, o comportamento de detentores de cargos eletivos pode ser explicado por seu “instinto” de sobrevivência política. A vontade de se manter dominante parece ser um aspecto comum a todos.

Pela lógica, o poder é conservador – avesso a mudanças, visto que as transformações daí resultantes podem implicar na substituição de quem manda. O status quo, ao contrário, tem resultados conhecidos e previsíveis – sendo preferível exatamente por ter originado as relações atuais de dominação. Destarte, o poder e a “manutenção da ordem” andariam juntos, e no sentido oposto ao da inclusão de desprivilegiados e do reconhecimento de seus direitos.

Os processos de exclusão no acesso ao poder político seriam imbuídos já de uma inércia estagnadora, dificultando a representação política de grupos de indivíduos excluídos. Mudar a distribuição de poder requereria fatores exógenos ou ação deliberada contra o [des]equilíbrio corrente. Daí segue que, seja pela vontade de influenciar quem detém o poder, pela vontade de ocupá-lo ou de derrubar quem lá está, o conflito parece ser iminente. A expansão dos direitos civis, dos direitos humanos e a redução das desigualdades seriam, portanto, momentos atípicos resultantes mais da ação de grupos ‘desafiantes’ do que de elites estabelecidas.

A respeito do conflito iminente em situações como a busca por direitos e desafio ao status quo, Mouffe propõe a democracia agonística. Nesse modelo, o antagonismo dá lugar à democracia como canalizadora de tensões sociais. O processo eleitoral se torna um mecanismo civilizatório do combate político, transformando inimigos em adversários com base no consenso em relação a regras, a procedimentos, mas também aos valores normativos que orientam as regras (Mouffe, 1992, p.12 apud Miguel, 2014, p.29).